

Educação Lei de diretrizes naquela base

ARNALDO NISKIER

Não temos uma doutrina de educação. Também não temos um plano de educação. Dispomos, isto sim, de manifestações setoriais, descosturadas, fruto da atomização que marca a Constituição de 1988, prenúncio de que a lei complementar da educação nacional seria também detalhista, com artigos que se ocupam mais de educação indígena do que propriamente da língua portuguesa.

Para a aprovação da Lei nº 4.024, de 1961, que se voltou para as diretrizes e bases da educação nacional, foram necessários 13 anos de intensas discussões no Congresso Nacional. Havia uma razão: estabeleceu-se uma grave dicotomia entre a escola particular e a escola pública, esta defendida com muito ardor por educadores como Anísio Teixeira. Afinal, o documento foi aprovado, com um artigo 1º verdadeiramente emblemático sobre os objetivos do que deve ser uma educação democrática.

Dez anos depois, com maior rapidez congressual, surgiu a Lei nº 5.692, de 71, que teve a inspiração do ministro Jarbas Passarinho e o dedo complicador do Congresso. Ali é que se colocou a incrível obrigatoriedade do ensino profissionalizante, sem laboratórios, sem professores e sem equipamentos, tornando esse capítulo um desastre completo.

A Constituição de 1988 pede uma nova LDB. Os seus termos amadureceram em 92 e foram aprovados em 1993, no dia 13 de maio, numa histórica sessão da Câmara dos Deputados: só havia 12 deputados federais no plenário — e mesmo assim a lei foi aprovada, como se representasse a vontade popular. Um insofismável vício de origem. Tudo feito naquela base.

Agora, o Senado da República examina a matéria. Há uma confusão de projetos, envolvendo o original da Câmara dos Deputados e um outro de autoria do senador Darcy Ribeiro, além da contribuição de parlamentares interessados no que muitos consideram o setor mais importante do país. Assim, como adverte a professora Eunice Durham, secretária de política educacional do MEC, “como toda lei detalhista, voltada para as aspirações do momento, reproduzindo interesses conjunturais de grupos diversos, o projeto foi se tornando rapidamente antiquado em decorrência das rápidas transformações do mundo contemporâneo”.

Ela dá um exemplo: com as exigências do Mercosul e por uma questão de homologia com os nossos parceiros, deve-se considerar o ensino fundamental obrigatório a partir dos 6 anos de idade. Acrescento a necessidade de estender os recursos do salário-educação ao pré-escolar. Se a criança, nessa faixa etária, não se alimentar adequadamente será vítima de sequelas irreversíveis. A maneira de evitar isso é permitir às Secretarias de Educação o

emprego de recursos do salário-educação na indispensável alimentação escolar.

Outro aspecto essencial é o Conselho Nacional de Educação, previsto na lei oriunda da Câmara de forma corporativa, com a representação marcada por entidades disso e daquilo. Será uma bela colcha de retalhos. Está certo o ministro Paulo Renato Souza quando pretende um organismo enxuto, dividido em dois segmentos, para prestigiar a educação básica, num deles, e para cuidar especificamente do ensino superior, no outro. Os 12 membros de cada segmento seriam escolhidos pelo presidente da República de uma relação que contemplaria indicações de entidades representativas (dez) e dois diretores do MEC, para assegurar um adequado enlace com a máquina administrativa. Os poderes dos dois órgãos normativos seriam divididos com as responsabilidades do MEC, atenuando assim os exageros vigentes desde que foi criado por João Goulart e Darcy Ribeiro, em 1962, o Conselho Federal da Educação.

Na nova LDB poderão estar os novos mecanismos de avaliação dos cursos existentes, a valorização do magistério, as formas de aprovação para os cursos superiores, a educação à distância, o planejamento adequado do ensino técnico, tudo o que é sonhado, de forma objetiva, pelos atuais ocupantes do Ministério da Educação e do Desporto. Só que, desta vez, com os pés no chão.

Arnaldo Niskier é professor e escritor.